

**RELATÓRIO
ANUAL DE
INVESTIMENTOS
2022
(Exercício 2021)**



© Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) - Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP). **Relatório Anual de Investimentos**. João Pessoa, 2022.

INFORMAÇÕES E CONTATO

Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) | CNPJ: 40.955.403/0001-09
Rua Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166. Centro, João Pessoa – PB. CEP: 58013-370
Telefone e Whatsapp: (83) 3222-1005 | www.ipmjp.pb.gov.br

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Superintendente:

Caroline Ferreira Agra

Superintendente Adjunto:

Rodrigo Ismael da Costa Macedo

Chefe da Divisão de Administração e Finanças:

Suzana Sitônio de Eça

Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação:

Higor Delgado Leite Benício

Chefe da Divisão de Previdência:

Yuri Veiga Cavalcanti

Chefe da Assessoria de Gabinete do Superintendente:

Victor Assis de Oliveira Targino

Chefe da Assessoria Jurídica:

Carlos Eduardo dos Santos Farias

Chefe da Assessoria de Controle Interno:

Ernesto Fialho Pessoa

Chefe da Assessoria de Comunicação Social:

Francisco Emerson de Lucena Neto

Chefe da Assessoria de Secretaria Pessoal:

Jéssyca Patrícia Paiva Marques Brasileiro

Chefe da Ouvidoria:

Guilherme Carlos de Luna Coutinho

Chefe da Seção de Compras, Contratos e Patrimônio:

Isabella Duarte Gouvêa

Chefe da Seção de Contabilidade, Orçamento e Finanças:

Soraia Dias Monteiro

Chefe da Seção de Administração Geral:

Nathália Palmeira Silva Coutinho

Chefe da Seção Folha de Benefícios:

Karla Janaina Vergara de Sá

Chefe da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação:

Eneas Lyra de Albuquerque

Chefe da Seção Desenvolvimento:

Thiago Henrique Sena de Souza

Chefe da Seção de Compensação Previdenciária:

Ana Paula Barreto Aquino

Chefe da Seção de benefícios:

Milena Medeiros de Alencar Feitosa Coutinho Torres

Chefe da Seção de Gestão de Pessoal:

Camila Pires de Sá Mariz Maia

Gerente Administrativo do Fundo Previdenciário:

João Carlos de Oliveira Leão

CONSELHO PREVIDENCIÁRIO

Biênio (2021 – 2023)

Superintendente do IPM/JP – como Membro nato, Presidente do Conselho:

Titular: Caroline Ferreira Agra

Suplente: Rodrigo Ismael da Costa Macedo

Servidor Ativo, indicado pelo Prefeito:

Titular: Rodrigo Hallan de Freitas Teixeira

Suplente: Camila Pires de Sá Mariz Maia

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado pelo Prefeito:

Titular: Kelma Maria Pereira Dionísio

Suplente: José Augusto de Araújo Souza

Representante da Sociedade Civil:

Titular: Aldrovando Grisi Júnior

Suplente: Édipo Duarte Freire Júnior

Servidor Ativo, indicado por Associação de Classe:

Titular: Benilton Lúcio Lucena da Silva

Suplente: Valdegil Daniel de Assis

Servidor Inativo ou pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: José Jansen

Suplente: Francisco Viana Garcia

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: Luiz Carlos Fernandes de Souza

Suplente: Ednaldo José da Silva

Servidor Ativo indicado pelo Presidente da Câmara:

Titular: Marcone Bandeira Alves

Suplente: Rafael Barbosa Damasceno

CONSELHO FISCAL

Biênio (2021-2023)

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito

Titular: Irlen Braga dos Santos

Suplente: Eugênio Figueiredo de Albuquerque Júnior

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Vládia Figueiredo Borborema de Sousa

Suplente: Luiz Henrique de Albuquerque Cavalcanti

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Erico Heyller Medeiros de Alencar

Suplente: Joseane Farias de Souza

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Thyago Luis Barreto Mendes Braga

Suplente: Alex Duarte Maia

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Fábio Gomes da Silva

Suplente: Francisco Varela B. Júnior

1. INTRODUÇÃO

Novos casos de contaminações pela variante Ômicron evoluem ao redor do mundo, mas números de hospitalizações e mortes continuam controlados. Ata do Fomc anuncia elevação de juros antes do esperado e integrantes começam a discutir redução do balanço do Federal Reserve. Discurso vai de acordo com os dados de inflação dos EUA e da zona do euro, que atingiram recorde em 2021. No Brasil, a inflação fecha o ano de 2021 em dois dígitos e curva de juros se aproxima dos 12% no curto prazo. Dados mais recentes apresentam desaceleração do nível de atividade econômica no país.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA

2.1 Brasil

Os principais dados de atividade econômica decepcionaram o mercado. O IBC-Br, considerado a prévia do PIB medido pelo Bacen, contraiu 0,4% em outubro, resultado pior do que o estimado pelo mercado, de queda de 0,2%. Em novembro, os resultados foram mistos. A produção industrial reduziu 0,2% ante expectativa de alta de 0,1%, puxada pela queda de 3% em Bens de Capital, porém, o volume de serviços cresceu 2,4% frente a leve elevação de 0,2% que era projetada por economistas.

O IPCA de dezembro elevou-se em 0,73%, contra expectativa de 0,65%. O índice fechou 2021 com alta de 10,06%, muito acima do teto da meta de 5,25%. Os principais responsáveis pela alta foram os grupos de Transportes (21,03%) e Habitação (13,05%), que combinados respondem por, aproximadamente, 60% do resultado do IPCA em 2021.

Após o anúncio do reajuste salarial para policiais federais, alguns grupos de servidores federais exigiram que o presidente Bolsonaro concedesse o reajuste para suas respectivas categorias. Os servidores entraram em paralização em janeiro e ameaçaram entrar em greve no início de fevereiro, caso não haja correção salarial. Como forma de conter as manifestações, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, sugeriu que o reajuste prometido para policiais federais seja cancelado.

2.2 Mundo

Investidores seguem monitorando novos estudos em relação à variante Ômicron. Até então, o que se conseguiu provar é que ela possui transmissibilidade mais elevada que a delta, porém, as hospitalizações e número de mortes não subiram em decorrência da infecção com a nova cepa. Ainda não se sabe se isso ocorreu por conta da vacina ou

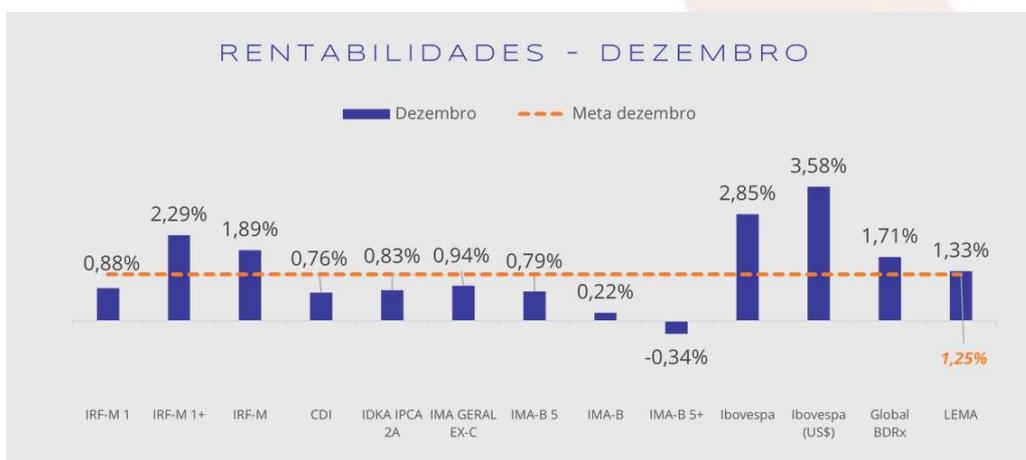
se essa variante é, de fato, menos letal. Contudo, a OMS ainda a classifica como sendo um vírus “mortal” e prevê a contaminação de mais de 50% dos europeus até março.

Nos Estados Unidos, a inflação fechou 2021 em 7%, maior patamar em quase quatro décadas. Corroborando com o aumento de preços, o mercado de trabalho deve pressionar ainda mais a demanda. O desemprego no país foi reduzido para 3,9%, menor nível durante a pandemia.

Devido às novas pressões advindas dos choques de oferta e o mercado de trabalho mais aquecido, os integrantes do Fed sinalizaram, na ata de dezembro do Fomc, que a elevação dos juros deve ser antecipada para conter a inflação, e que deve ser discutido a redução do balanço de títulos públicos e hipotecários. Após os comentários, o mercado enxerga como provável um primeiro aumento de juros já na reunião de março, com ainda duas ou três elevações nas reuniões seguintes.

Em relação ao continente europeu, a inflação superou a estimativa do mercado, que previa alta de 4,7% e bateu novo recorde histórico ao atingir 5% em dezembro na comparação anual. O maior responsável pelo resultado foi o setor de Energia, que avançou 26%.

Com o objetivo de evitar a desaceleração econômica do país, o governo chinês planeja diversas medidas de apoio ao setor privado, dentre elas: redução das restrições ao mercado imobiliário, através de política monetária mais flexível, e a emissão de títulos especiais locais para aumentar o nível de gastos do governo. O movimento vem após o Banco Mundial reduzir suas previsões para o crescimento chinês em 2022 de 5,4% para 5,1%.



Para o cenário nacional, fizemos uma pequena alteração em relação aos fatores de risco comentados no panorama passado, onde o *tapering* em si não é mais o principal destaque quando tratamos de choques externos, e sim a possibilidade de elevação de juros de maneira antecipada pelo Fed. A inflação ainda acima da meta, a possibilidade de eventual agenda fiscal expansionista por parte do Governo Federal e as eleições de 2022, devem trazer intensos movimentos de mercado.

Para o cenário internacional, a elevação da taxa de juros americana e a redução do balanço do Federal Reserve serão assuntos principais no radar dos investidores, dado que o aumento na curva de juros americana eleva o grau de aversão ao risco global, o que ocasiona a migração de capital de mercados emergentes para títulos da dívida americana. Portanto, reiteramos que os fundos BDR são uma das principais estratégias para diminuir a volatilidade geral da carteira, devido à relação inversa entre ativos de risco no Brasil e o dólar.

RESUMO - RESULTADOS 2020 E 2021 E EXPECTATIVAS DE MERCADO 2022

BRASIL	2020	2021	2022
PIB (% de crescimento real)	- 4,10	4,50*	0,28
IPCA	4,38	10,06	5,03
IGP-M	23,14	17,78	5,56
Taxa de Câmbio final (R\$/US\$)	5,19	5,80	5,60
Taxa Selic (final do ano)	2,00	9,25	11,75
Taxa de Juros Real (deflacionado IPCA)	- 2,28	- 0,74	6,40

Projeções: Relatório Focus (BCB)

*O PIB 2021 ainda será divulgado.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS EM RELAÇÃO ÀS METAS

Com o final do ano e expectativas de uma retomada da economia e com o aquecimento das vendas do varejo, a carteira do RPPS demonstrou um rendimento positivo diferente dos outros meses do terceiro trimestre do ano.

Tabela 1 - Comparativo mensal da meta atuarial e rentabilidade da carteira em 2021.

	Meta atuarial*	Rentabilidade
Janeiro	0,69%	-0,52%
Fevereiro	1,30%	-0,60%
Março	1,37%	0,57%
Abril	0,75%	1,22%
Maiο	1,27%	1,14%
Junho	0,97%	0,38%
Julho	1,40%	-0,76%
Agosto	1,31%	-0,50%
Setembro	1,60%	-0,96%
Outubro	1,69%	-0,93%
Novembro	1,39%	0,54
Dezembro	1,17%	1,24%
Anual	16,05%	0,78%

*Sendo a meta atuarial = IPCA + 5,44% a.a.

4. COMPORTAMENTO DO FLUXO DE CAIXA E DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Tabela 2 - Fluxo de caixa das aplicações financeiras em 2021

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Retorno	Saldo no mês
Janeiro	R\$ 343.830.991,70	R\$ 7.629.861,52	R\$ 9.185.155,14	(R\$ 1.816.751,54)	R\$ 340.458.946,54
Fevereiro	R\$ 340.458.946,54	R\$ 31.624.840,95	R\$ 27.588.107,17	(R\$ 2.163.130,90)	R\$ 342.332.549,42
Março	R\$ 342.332.549,42	R\$ 26.755.725,63	R\$ 27.306.227,09	R\$ 1.917.615,97	R\$ 343.699.663,93
Abril	R\$ 343.699.663,93	R\$ 43.913.864,44	R\$ 33.727.631,55	R\$ 4.247.220,46	R\$ 358.133.117,28
Maiο	R\$ 358.133.117,28	R\$ 48.272.024,76	R\$ 43.565.632,65	R\$ 4.114.774,89	R\$ 366.954.284,28
Junho	R\$ 366.954.284,28	R\$ 31.709.089,64	R\$ 36.399.598,87	R\$ 1.379.173,32	R\$ 363.642.948,37
Julho	R\$ 363.642.948,37	R\$ 34.254.025,97	R\$ 29.649.837,24	(R\$ 2.812.525,42)	R\$ 365.434.611,68
Agosto	R\$ 365.434.611,68	R\$ 37.469.759,27	R\$ 37.265.772,71	(R\$ 1.698.471,89)	R\$ 363.940.126,35

Setembro	R\$ 363.940.126,35	R\$ 60.579.377,22	R\$ 52.227.404,58	(R\$ 3.606.217,09)	R\$ 368.685.881,90
Outubro	R\$ 368.685.881,90	R\$ 57.935.106,58	R\$ 51.218.824,53	(R\$ 3.563.246,33)	R\$ 371.838.917,62
Novembro	R\$ 371.838.917,62	R\$ 18.008.332,26	R\$ 13.663.605,09	R\$ 1.983.051,96	R\$ 378.166.696,75
Dezembro	R\$ 378.166.696,75	R\$ 43.279.580,35	R\$ 40.689.017,14	R\$ 5.868.384,90	R\$ 386.625.644,86

5. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS

Com relação composição dos ativos ao longo de 2021, não houve grandes mudanças na carteira, conforme pode ser visto no gráfico e tabela a seguir.

Gráfico 1 - Comparativo da composição da carteira entre janeiro e dezembro de 2021.

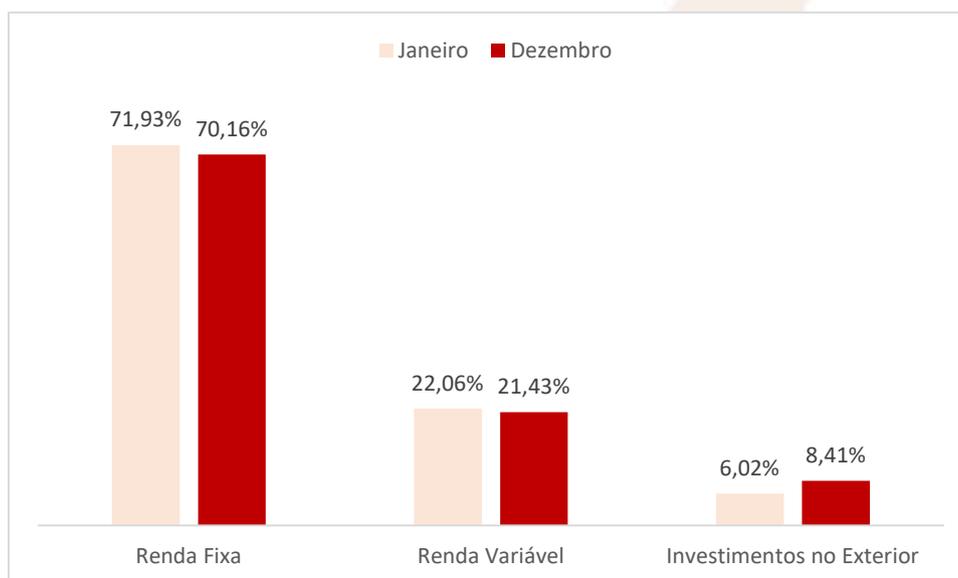


Tabela 3 - Comparativo do enquadramento da carteira entre janeiro e dezembro de 2021.

Enquadramento	Janeiro/2021		Dezembro/2021	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	52,73%	R\$179.538.469,53	45,94%	R\$177.112.968,10
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	16,90%	R\$57.543.097,05	13,42%	R\$51.733.497,69
Artigo 8º, Inciso	16,85%	R\$57.364.999,77	15,17%	R\$58.483.926,62

II, Alínea " a "				
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " a "	-	-	8,72%	R\$33.601.516,83
Artigo 9º - A, Inciso II	5,39%	R\$18.344.288,77	7,53%	R\$29.025.320,23
Artigo 8º, Inciso III	3,75%	R\$12.752.549,52	5,86%	R\$22.594.250,89
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	2,29%	R\$7.798.582,47	2,08%	R\$8.025.859,22
Desenquadrado - RV	1,01%	R\$3.442.276,17	-	-
Artigo 9º - A, Inciso III	0,63%	R\$2.139.372,15	0,88%	R\$3.404.370,41
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " a "	0,45%	R\$1.535.311,11	0,40%	R\$1.535.428,89
Total	100,00%	R\$ 340.458.946,54	100,00%	R\$ 385.517.138,88

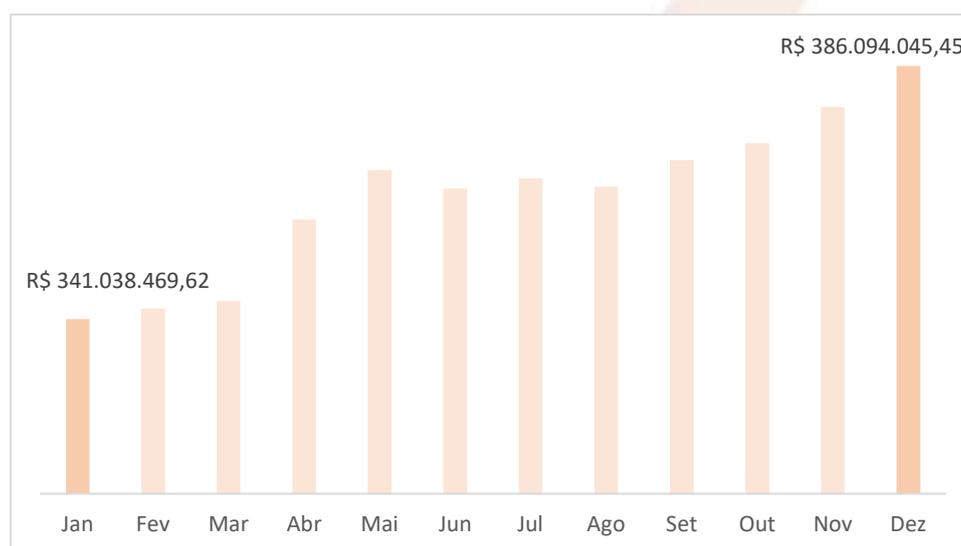
Tabela 4 - Comparativo dos investimentos por administrador da carteira entre janeiro e dezembro de 2021.

Administrador	Janeiro/2021		Dezembro/2021	
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	43,61%	R\$ 148.467.022,78	33,64%	R\$129.699.569,19
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	20,43%	R\$ 69.564.302,88	22,16%	R\$85.444.320,80
BANCO BRADESCO S.A.	13,39%	R\$ 45.585.324,01	9,30%	R\$35.854.980,02
TÍTULOS	-	-	8,72%	R\$33.601.516,83
BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	6,40%	R\$ 21.788.093,59	7,22%	R\$27.844.863,02
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A	4,86%	R\$ 16.534.386,76	6,29%	R\$24.254.180,38
ITAU UNIBANCO S.A.	3,71%	R\$ 12.645.385,38	6,85%	R\$26.418.608,03
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM	1,91%	R\$ 6.507.952,67	4,13%	R\$15.928.330,62
SANTANDER CACEIS BRASIL DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A	1,76%	R\$ 5.976.214,30	-	-

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,40%	R\$ 4.782.233,42	1,28%	R\$4.935.341,10
INTRAG DTVM LTDA.	1,35%	R\$ 4.607.826,62	-	-
SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA.	0,72%	R\$ 2.464.893,02	-	-
LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	0,45%	R\$ 1.535.311,11	0,40%	R\$1.535.428,89
Total	100%	R\$ 340.458.946,54	100%	R\$385.517.138,88

6. EVOLUÇÃO DA CARTEIRA EM 2021

Gráfico 2 - Evolução da carteira (investimentos + disponibilidade) em 2021.



7. ACOMPANHAMENTO DE INSTRUÇÕES FINANCEIRAS

O acompanhamento das Instituições Financeiras, gestoras e administradoras, que recebem recursos do IPMJP baseia-se essencialmente na análise das informações contempladas pelo Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence¹ (QDD) e suas atualizações, além do exame das informações prestadas durante o processo de credenciamento. Conforme os Questionários arquivados, não há informações que desabonem as reputações das Instituições Financeiras que recebem os recursos deste

Instituto via Fundos de Investimentos (FI) e outros produtos financeiros.

7.1 Acompanhamento de Fundos de Investimentos em Participações (FIP)

Em análise do Dossiê confeccionado pelo Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, a disposição para consulta no setor FUNPRE, que versa acerca do Fundo FP2, anteriormente denominado FP1 e inicialmente Fundo ROMA, é verificada uma comunicação ruidosa por parte da Administração desta Autarquia, Gestoras e Administradoras do Fundo. Tal ruído deu-se por motivos diversos. A priori, é de fundamental importância fazer um recorte histórico deste Fundo de Investimentos do momento de sua criação a atual situação vivida. Vide folhas A-48 a A-52 conforme histórico elaborado.

Deve ser pontuado que os investimentos no Fundo Roma aconteceram em dois momentos distintos, o primeiro em 19 de abril de 2010 com o valor de aplicação de R\$2.000.000,00 (Dois milhões de reais) sendo o segundo de mesmo valor, no dia 29 de junho de 2010, totalizando R\$4.000.000,00 (Quatro milhões de reais) investidos, conforme constatado nas folhas B-01 e B-02.

Em segundo plano, vemos que foi emitida uma ordem de resgate em 25 de maio de 2011, enviada através de e-mail para o senhor Moacir do Carmo Tenório Júnior pelo senhor Ricardo Gonçalves, gestor da empresa LHYNQZ GESTÃO DE RECURSOS LTDA, gestora do Fundo ROMA a época, folha C-08. No mesmo documento verifica-se o encaminhamento da ordem de resgate para senhor Moacir do Carmo Tenório Júnior ao senhor Evaldo André Campos, Diretor Administrativo e Financeiro a época, e para a senhora Soraia Dias Monteiro, contadora do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, no dia 18 de fevereiro de 2013.

É importante frisar que tal ordem de resgate foi emitida pelo senhor Ricardo Gonçalves no dia 25 de maio de 2011 às 15:58:01 por sistema próprio da gestora do Fundo e contém informações referentes a data de cotização e liquidação da operação, dia 04 e 05 de maio de 2015, respectivamente. Sendo assim, este é um documento oficial e bastante para efetuar o resgate dos valores investidos.

Na data de cotização o IPM detinha 166,40844917 quotas a R\$10.641,974829209999 cada, totalizando um valor devido de R\$ 1.770.914,53 (um milhão, setecentos e setenta mil, novecentos e quatorze reais e cinquenta e três

centavos). Contudo, é extremamente salutar reforçar que na data mencionada a incorporação do fundo Roma ao FP1 já tinha sido concretizada.

Em comunicação enviada pela Bridge TRUST, então administradora do fundo, folha C-07, observa-se que a ordem de movimentação não foi satisfatória entre as administradoras do Fundo, já que a Bridge TRUST afirma desconhecer de ordem de resgate realizada pelo RPPS.

“ Prezados

Reportando-nos à correspondência à BRIDGE ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA (“BRIDGE TRUST”), na qualidade de atual administradora do Fundo de Investimento Multimercado FP1 longo Prazo (“FP1”) no dia 24/02/2015, relativa à solicitação de resgate total das cotas detidas por Vossas Senhorias, ainda enquanto cotistas do Roma FIRF CP PREV, incorporado pelo FP1, em 25/05/2011. Informamos que não consta registrado no acervo de transferência do FP1 à administração da BRIDGE TRUST, qualquer registro quanto ao mencionado pedido de resgate.”

O Ofício nº 36/2015 e Ofício 86/2015, folha C-01 a C-10, emitido pelo IPMJP consta cobrança referente a operação de resgate e notificação a Bridge Administradora de Recursos LTDA, NSG Capital Serviços Financeiros DTVM S.A, BNY Mellon Serviços Financeiros e Cabedal Investimentos & Commodities LTDA, prestadoras de serviços dos fundos Roma e FP1.

Com isso, observa-se falha por parte das administradoras e gestoras do Fundo, já que ao passo em que estas foram substituídas, aparentemente não houve a comunicação da solicitação de resgate.

Em resposta a Cabedal Investimentos & Commodities LTDA alega (C- 19 e C-20):

- Não consta nenhum pedido de resgate enviado a NSG;
- Ausência de manifestação do IPMJP durante o período de incorporação do fundo Roma ao FP1 e portanto o primeiro deixa de existir;
- Liquidez dos ativos do Fundo FP1.

Posteriormente a foi facultado pela administradora possibilidade de resgate em ativos, os quais segundo a mesma não possuem liquidez, além do pagamento de uma taxa de saída de 30% sobre o valor resgatado, tal taxa teria um caráter de multa, pois o

resgate seria feito antes da carência do Fundo, vide Art. 12, folha F-114, do Fundo FP1, e Artigo 17 de novo regulamento aprovado na Assembleia de Cotistas, Folha C-20.

Durante o período de incorporação dos fundos a NSG emitiu comunicado oferecendo pagamentos de mil reais para o fundo.

Esse pagamento era proveniente de CDB's do Banco BVA S.A., que havia sido liquidado pelo Banco Central e que por esse motivo, teria seus CDB's honrados pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) no limite R\$70.000,00 (setenta mil reais), No entanto, como o FGC havia se negado a liquidar tais CDB's, a NSG propunha, naquele momento, o pagamento ao fundo de mil reais e se comprometido a, caso conseguisse reaver os valores, devolvê-los ao fundo.

No que versa a oportunidade citada acima, na folha A-01, tem-se e-mail trocado entre o senhor Vítor Leitão e o comitê de investimentos da época, com sugestão, da Assessoria e Consultoria em investimentos prestada pela LEMA ECONOMIA & FINANÇAS, sugerindo aceitar a oferta da administradora.

Elencando possíveis ruídos de comunicação entre os diversos interessados, temos nas folhas D-01 à D-08 ofício e segunda via, sem recebimento, que deveria ser entregue a CVM. Ainda no que versa sobre informação à CVM temos e-mail e resposta de ouvidoria aberta pelo Senhor João Carlos de Oliveira Leão, em busca de protocolo de processo aberto pela Administração da época do IPMJP junto a CVM, FOLHAS D-09, D-10, no exaurimento do que versa este capítulo observa-se cópia do Ofício GAB-SUP Nº 254/2018 e cópia de AR Correios, folhas D-11, D-12.

Ainda observamos algumas matérias colecionadas acerca de ativos que compuseram a carteira dos fundos ROMA, FP1 e FP2, investigações e também visualiza-se a publicação de algumas sanções que os administradores e gestores dos Fundos receberam durante o seu exercício nestas funções, vide caderno G.

Para concluir informa-se que no dia 23 de janeiro do corrente ano foi proposta ação de cobrança contra o Fundo de Investimentos na 7ª Vara da Fazenda Pública na comarca do Rio de Janeiro – RJ. A tramitação processual está disponível no *website* do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), <<http://www.tjrj.jus.br/>>, a partir da consulta ao Processo Nº 0016576-02.2019.8.19.0001.

8. ESCOLHA DE PRODUTO

A estratégia estabelecida pelo Comitê de Investimentos, para janeiro consistiu na alocação das contribuições previdenciárias mensais nos segmentos de alocação dinâmica (renda fixa) e de ações (investimento no exterior). Nas seções a seguir, apresentamos as análises empreendidas para as escolhas dos produtos.

Destaca-se que todos os fundos analisados são administrados por instituições que atendem ao inciso I do § 2º e § 8º do art. 15 da Resolução CMN Nº 3.922/2010, com as alterações dadas pela Resolução CMN Nº 4.695/2018, e que, portanto, encontram-se liberadas para os RPPS. Estas instituições estão credenciadas juntas a este RPPS.

Tais indicações deram-se por:

- Fundos com boa performance;
- Índice referencial que apresenta resultado mais vantajoso a este Instituto;
- Fundos com perspectiva de apresentarem boas rentabilidades futuras;
- Perfil conservador do RPPS;
- Aderência a PI e estratégia do IPMJP.

8.1 Fundos de Renda Fixa

Parte da estratégia para o mês de janeiro baseou-se no incremento da posição em fundos de gestão ativa, buscando melhorar a relação de risco e retorno na carteira deste RPPS. O comparativo entre os fundos de investimento, ilustrado a seguir nas Tabelas 2 a 7, indicam homogeneidade dos produtos.

8.1.1 Enquadramento

Observamos que todos os movimentos de carteira do IPMJP obedecem rigorosamente aos enquadramentos dispostos tanto no diploma vigente e no disposto pela Política de Investimentos, sendo assim todos os recursos encontram-se rigorosamente em conformidade.

8.1.2. Rentabilidade

Em termos de rentabilidade o produto que teve melhor performance em 2021 foi o BTG PACTUAL S&P 500, com rentabilidade de 33,76%, observa-se que tal produto teve tal performance por estar posicionado em mercado norte americano, que apresentou

retomada da economia de forma mais acelerada, como é possível verificar em relatório disponível no link: https://www.ipmjp.pb.gov.br/site/governanca/comite_de_investimentos/relatorio_dos_investimentos/45

